

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Revisitando os primórdios da antropologia brasileira: Nina Rodrigues e Manoel Querino à luz da filosofia africana

Pamela M. S. Santana

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17864>

Submetido em: 2026-09-02

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

REVISITANDO OS PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: NINA RODRIGUES E MANOEL QUERINO À LUZ DA FILOSOFIA AFRICANA

PAMELA MONIQUE DA SILVA SANTANA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1165-7880>

[<pamela.santana@unesp.br>](mailto:pamela.santana@unesp.br)

Universidade de São Paulo (USP), Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo, (SP), Brasil

RESUMO: Este paper revisita os primórdios da antropologia brasileira a partir de uma questão central à história das ciências sociais: como diferentes posições de enunciação participaram da produção de conhecimento sobre a população negra e foram posteriormente inscritas na memória disciplinar. O objetivo é analisar comparativamente produções de Nina Rodrigues e Manuel Raimundo Querino, mobilizando como operadores analíticos categorias formuladas no âmbito da filosofia africana por Severino Nguen e José Paulino Castiano. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e histórico-interpretativa. A crítica de Nguen ao estatuto epistemológico da etnologia é articulada aos referenciais de objetivação, subjetivação e intersubjetivação desenvolvidos por Castiano, sem equiparar os contextos africano e afro-brasileiro. Argumenta-se que Rodrigues e Querino, contemporâneos e envolvidos na produção de saberes sobre a presença negra no Brasil, expressam posições epistemológicas contrastantes: enquanto o primeiro contribuiu para objetivar o negro mediante categorias racializadas e hierarquizantes, o segundo constituiu importante movimento de auto-inscrição negra ao enfatizar agência, cultura e contribuição africana à formação brasileira. Conclui-se que a aproximação entre história das ciências sociais e filosofia africana permite não apenas reconsiderar os objetos e métodos da antropologia nascente, mas também interrogar os critérios pelos quais determinados agentes se tornam centrais ou periféricos nas narrativas disciplinares.

Palavras-chave: antropologia brasileira, filosofia africana, história das ciências sociais, intelectuais negros, epistemologia

REVISITING THE BEGINNINGS OF BRAZILIAN ANTHROPOLOGY: NINA RODRIGUES AND MANOEL QUERINO THROUGH AFRICAN PHILOSOPHY

ABSTRACT: This paper revisits the beginnings of Brazilian anthropology by addressing a central question in the history of the social sciences: how different positions of enunciation participated in the production of knowledge about Black populations and were subsequently inscribed in disciplinary

memory. It comparatively analyzes selected works by Nina Rodrigues and Manuel Raimundo Querino, using as analytical operators categories developed within African philosophy by Severino Nguenha and José Paulino Castiano. Methodologically, the study is qualitative, bibliographical, and historical-interpretive. Nguenha's critique of the epistemological status of ethnology is articulated with Castiano's frameworks of objectivation, subjectivation, and intersubjectivation, without equating African and Afro-Brazilian historical contexts. The paper argues that Rodrigues and Querino, contemporaries engaged in producing knowledge about Black presence in Brazil, occupied contrasting epistemological positions: while the former contributed to objectifying Black people through racialized and hierarchical categories, the latter represented an important movement of Black self-inscription by emphasizing agency, culture, and African contributions to Brazilian society. The conclusion is that bringing the history of the social sciences into dialogue with African philosophy enables a reconsideration not only of the objects and methods of early anthropology, but also of the criteria through which certain agents become central or peripheral in disciplinary narratives.

Keywords: african philosophy, brazilian anthropology, epistemology, history of social sciences, black intellectuals

INTRODUÇÃO

A autorreflexão histórica acompanha a constituição das ciências sociais brasileiras. Narrar a formação do campo, identificar suas experiências pioneiras e estabelecer seus autores de referência são operações que não apenas descrevem um passado disciplinar: elas também participam da definição do que se reconhece como ciência social, de quais problemas são considerados fundadores e de quem passa a ocupar a posição de agente legítimo na história do conhecimento. Por essa razão, revisitar os primórdios da antropologia brasileira implica interrogar simultaneamente a produção científica de determinado período e as formas pelas quais essa produção foi posteriormente organizada, hierarquizada e convertida em memória disciplinar. Essa autorreflexão envolve também a construção de genealogias, tradições e posições de autoridade no campo antropológico (Corrêa, 2001).

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a população negra ocupou posição central em parte significativa das interpretações acerca da sociedade brasileira. O fim formal da escravidão, as discussões sobre raça, mestiçagem, criminalidade, trabalho e formação nacional produziram um ambiente intelectual no qual o negro se tornou objeto recorrente de investigação. A consolidação de saberes antropológicos ocorreu, portanto, em estreita relação com perguntas sobre

diferença racial e com a circulação de referenciais científicos europeus que atribuíam às diferenças humanas significados biológicos, morais e civilizatórios. A circulação e a reelaboração brasileira das teorias raciais oitocentistas constituem dimensão decisiva desse contexto intelectual (Schwarcz, 1993).

Entretanto, afirmar que o negro foi objeto da ciência não encerra o problema histórico. É necessário perguntar quem produziu essas interpretações, de quais posições sociais e epistemológicas falaram seus autores, quais fontes e interlocutores foram reconhecidos como produtores de conhecimento e quais formas de autoridade científica permitiram transformar determinadas interpretações em explicações legítimas da realidade brasileira. Essa mudança de pergunta desloca a análise de uma história centrada apenas nas ideias para uma história atenta aos agentes, às posições de enunciação e às relações que constituíram a produção do conhecimento.

É nesse ponto que a comparação entre Nina Rodrigues e Manuel Raimundo Querino se mostra particularmente fecunda. Contemporâneos, ambos produziram interpretações sobre a presença negra no Brasil, mas o fizeram a partir de lugares e pressupostos distintos. Rodrigues tornou-se uma figura central na formação dos estudos sobre raça e população negra e é frequentemente situado pela historiografia entre os pioneiros da antropologia brasileira (Corrêa, 2001). Querino, intelectual negro, escritor, jornalista, pesquisador e abolicionista, produziu trabalhos que enfatizaram a participação africana na constituição da sociedade brasileira e procuraram registrar práticas, saberes e experiências de sujeitos negros. Colocá-los em relação não significa convertê-los em polos perfeitamente simétricos, mas explorar dois modos contrastantes de produzir conhecimento sobre um mesmo problema histórico.

A originalidade da leitura proposta neste paper consiste em revisitar essa história das ciências sociais brasileiras a partir de categorias elaboradas no interior da filosofia africana. Severino Ngoenha (1993) e José Paulino Castiano (2010, 2013) desenvolveram críticas à maneira pela qual africanos foram inscritos na historiografia e nos saberes etnológicos ocidentais, problematizando a pretensão de neutralidade de conhecimentos produzidos em contextos atravessados por colonialismo, hierarquização cultural e relações assimétricas entre pesquisador e pesquisado. Em Castiano, particularmente, os referenciais de objetivação, subjetivação e intersubjetivação oferecem instrumentos para observar deslocamentos na posição ocupada pelo sujeito africano no processo de produção do conhecimento.

A mobilização dessas categorias exige uma precaução metodológica. Este trabalho não pretende equiparar a experiência colonial africana examinada por Ngoenha e Castiano à experiência

histórica da população negra no Brasil, tampouco transportar mecanicamente categorias formuladas em um contexto para outro. O que se propõe é utilizá-las como operadores de leitura capazes de formular novas perguntas à história das ciências sociais brasileiras: quem observa e quem é observado? Quem interpreta e quem pode falar por si? Como experiências e saberes dos sujeitos estudados entram no texto científico? E de que maneira diferentes posições de enunciação interferem na própria construção do objeto?

Diante disso, a questão que orienta o paper é: em que medida as categorias de objetivação, subjetivação e intersubjetivação, formuladas no âmbito da filosofia africana, permitem reinterpretar os modos pelos quais o negro foi inscrito - e passou a inscrever-se - na produção de conhecimento nos primórdios da antropologia brasileira? O objetivo é analisar comparativamente produções de Nina Rodrigues e Manuel Raimundo Querino, examinando-as como casos contrastivos de inscrição do sujeito negro no discurso científico e, simultaneamente, refletindo sobre os lugares posteriormente atribuídos a esses agentes na história disciplinar.

Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter histórico-interpretativo. Em primeiro plano, são reconstruídas as categorias de Ngoenha e Castiano pertinentes ao problema do estatuto epistemológico da etnologia e da posição do sujeito na produção do conhecimento. Em segundo, tais categorias são mobilizadas na leitura comparativa de obras selecionadas de Nina Rodrigues e Manuel Querino. Os dois autores não são tomados como representantes exaustivos da antropologia brasileira, mas como casos historicamente situados que permitem evidenciar diferentes formas de relação entre sujeito pesquisador, sujeitos pesquisados e autoridade científica.

A hipótese sustentada é que a releitura conjunta desses autores evidencia uma tensão constitutiva da história das ciências sociais brasileiras. Em Rodrigues, a população negra é predominantemente convertida em objeto de classificação e interpretação a partir de referenciais externos que a associam a hierarquias raciais e morais. Em Querino, observa-se um movimento de deslocamento dessa posição, na medida em que um intelectual negro reivindica autoridade para interpretar a experiência histórica e cultural negra e valorizar sua participação na formação brasileira. A intersubjetivação, por sua vez, permite ir além da oposição entre objeto e sujeito, chamando atenção para as relações, mediações e reciprocidades implicadas na produção do conhecimento. Essa chave também permite formular uma questão historiográfica adicional: como a própria história das ciências sociais distribuiu reconhecimento entre agentes que produziram conhecimentos concorrentes sobre a população negra?

1. FILOSOFIA AFRICANA COMO CHAVE PARA UMA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1.1 O estatuto epistemológico da etnologia em Severino Ngoenha

A crítica de Severino Ngoenha à etnologia parte de uma interrogação sobre as condições que permitiram ao pensamento europeu produzir uma divisão entre povos reconhecidos como participantes da história e povos convertidos em objetos de descrição etnológica. Em sua reflexão sobre a filosofia africana, Ngoenha relaciona essa separação à ideia moderna de progresso: determinadas sociedades foram concebidas como portadoras de movimento, transformação e historicidade, enquanto outras foram representadas como estáticas, repetitivas e exteriores ao curso universal da história. (Ngoenha, 1993).

Essa operação possui consequências para além da classificação disciplinar. Quando uma sociedade é situada fora da história, seus integrantes deixam de aparecer como sujeitos capazes de produzir temporalidade, interpretação e conhecimento sobre si. A etnologia torna-se, assim, um espaço privilegiado para a produção de um discurso sobre o Outro. O problema epistemológico não reside apenas na existência de um observador externo, mas na assimetria que transforma a perspectiva desse observador em medida universal e a experiência do observado em material empírico a ser traduzido. (Ngoenha, 1993).

Ngoenha permite, portanto, questionar a separação entre ciência e valores que sustentou parte da autocompreensão dos saberes modernos. Classificações apresentadas como descritivas podiam carregar concepções sobre civilização, progresso, racionalidade e humanidade. Interrogar o estatuto epistemológico da etnologia significa investigar os referenciais que tornam uma descrição possível e perguntar em que medida a autoridade científica pode naturalizar hierarquias historicamente produzidas. (Ngoenha, 1993).

Para uma história das ciências sociais, essa crítica é produtiva porque impede que teorias do passado sejam lidas apenas como etapas superadas de um desenvolvimento linear da disciplina. Elas passam a ser observadas como práticas de conhecimento situadas, produzidas por agentes específicos e atravessadas por relações sociais e políticas. Essa perspectiva é especialmente relevante para examinar os estudos sobre raça no Brasil, nos quais categorias científicas foram mobilizadas para interpretar diferenças humanas e formular diagnósticos sobre o futuro nacional.

1.2 Objetivação, subjetivação e intersubjetivação em José Paulino Castiano

José Paulino Castiano aprofunda o problema da posição ocupada pelo africano na produção do conhecimento ao distinguir referenciais de objetivação, subjetivação e intersubjetivação. A objetivação corresponde à situação na qual sociedades e sujeitos africanos são convertidos em objetos de investigação por um sujeito epistêmico que reivindica para si a autoridade de nomear, classificar e interpretar. Mesmo quando os sujeitos locais fornecem informações decisivas, seus saberes podem aparecer apenas como matéria-prima, enquanto a autoria e a legitimidade científica permanecem concentradas no pesquisador. (Castiano, 2010, 2013).

A noção é particularmente útil porque desloca a análise da intenção individual do pesquisador para a estrutura da relação de conhecimento. Objetivar não significa simplesmente estudar alguém. O problema surge quando a assimetria entre quem conhece e quem é conhecido impede o reconhecimento do outro como participante da elaboração conceitual e da interpretação de sua própria experiência. A questão passa a ser, portanto, como a autoridade epistemológica é distribuída. (Castiano, 2010, 2013).

A subjetivação representa um deslocamento dessa estrutura. Ela se relaciona à entrada do próprio sujeito historicamente objetivado no espaço de produção do discurso, assumindo a possibilidade de falar sobre sua história, cultura e condição. A auto-inscrição torna-se, nesse movimento, uma forma de disputar narrativas produzidas de fora e reivindicar a condição de sujeito do conhecimento. Contudo, Castiano chama atenção para os limites de uma subjetivação que permaneça inteiramente dependente das categorias e dos critérios de validação herdados dos paradigmas contra os quais se insurge. (Castiano, 2010, 2013).

É nesse limite que a intersubjetivação ganha importância. Mais do que substituir um sujeito por outro na posição de autoridade, ela aponta para uma produção do conhecimento fundada na relação entre sujeitos, no reconhecimento recíproco e na possibilidade de construção de sentidos por meio do encontro. Para este paper, a intersubjetivação não será utilizada para atribuir retrospectivamente a Rodrigues ou Querino um método que não formularam. Ela funcionará como horizonte crítico para observar o que suas práticas de pesquisa tornam visível ou invisível acerca da participação dos sujeitos negros na construção do conhecimento. (Castiano, 2010, 2013).

A utilização dessas categorias na história das ciências sociais brasileiras é, assim, deliberadamente analítica. Elas não servem para afirmar uma equivalência entre os processos

históricos africanos discutidos por Castiano e a formação racial brasileira. Servem para desnaturalizar posições epistemológicas e tornar observáveis relações entre autoria, objeto, fonte, interlocução e reconhecimento. É justamente essa capacidade de produzir novas perguntas que justifica a aproximação entre filosofia africana e história disciplinar.

2. O NEGRO COMO OBJETO NOS PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

2.1 Ciência racial, diferença e autoridade de classificação

A formação dos estudos antropológicos no Brasil ocorreu em um ambiente intelectual no qual teorias raciais europeias eram apropriadas, reformuladas e mobilizadas para interpretar uma sociedade marcada pela escravidão e pela mestiçagem. Determinismos de natureza biológica, teorias evolucionistas, criminologia e discursos higienistas compuseram um repertório heterogêneo por meio do qual intelectuais buscaram explicar diferenças entre grupos e projetar possibilidades para a nação. (Schwarcz, 1993).

Nesse contexto, a população negra não era apenas um grupo social entre outros. Sua presença foi convertida em problema científico, político e moral. Perguntas sobre capacidade civilizatória, responsabilidade penal, degeneração, mestiçagem e futuro nacional transformaram corpos, costumes e práticas negras em materiais de observação. A ciência participou, dessa maneira, da produção de categorias que pretendiam descrever a sociedade ao mesmo tempo em que estabeleciam hierarquias entre seus integrantes. (Schwarcz, 1993).

Essa constatação exige cuidado historiográfico. Não se trata de reduzir toda a antropologia nascente a uma única doutrina racial nem de atribuir aos agentes do período uma homogeneidade que não possuíam. O que interessa aqui é identificar uma estrutura de produção do conhecimento na qual determinados sujeitos dispunham de autoridade para classificar e outros eram predominantemente classificados. É nesse sentido que o referencial de objetivação de Castiano oferece uma chave produtiva para a leitura de Nina Rodrigues.

2.2 Nina Rodrigues e a objetivação do negro

Nina Rodrigues ocupa lugar central nesse debate porque sua produção articulou medicina, direito, antropologia e estudos sobre a população africana e afro-brasileira. Em obras como *As raças humanas* e *a responsabilidade penal no Brasil* e *Os africanos no Brasil*, raça e diferença aparecem

como dimensões relevantes para interpretar comportamentos, práticas culturais e formas de inserção social. O interesse de Rodrigues pelas populações negras produziu registros que posteriormente se tornariam importantes para os estudos afro-brasileiros; ao mesmo tempo, sua interpretação foi estruturada por pressupostos hierarquizantes característicos de parte da ciência racial de seu período (Rodrigues, 1957; Rodrigues, 1932; Schwarcz, 1993).

À luz da objetivação, o aspecto decisivo não é simplesmente constatar a presença de ideias hoje rejeitadas. É observar a relação epistemológica que organiza o discurso. A população negra aparece como objeto a ser explicado por um observador investido de autoridade científica. Suas práticas religiosas, comportamentos, características corporais e manifestações culturais são convertidos em indícios a partir dos quais se formulam diagnósticos sobre raça, desenvolvimento, moralidade ou capacidade de adaptação.

A articulação entre raça e responsabilidade penal torna essa estrutura particularmente visível. Ao discutir diferenças na capacidade de imputação e no desenvolvimento moral, Rodrigues inscreve grupos racializados em escalas de desenvolvimento que condicionam a maneira pela qual suas ações são interpretadas. A diferença deixa de ser apenas histórica ou cultural e adquire valor classificatório. A linguagem científica opera, nesse caso, como mecanismo de tradução da diversidade humana em hierarquia. (Rodrigues, 1957).

Essa forma de produção do conhecimento aproxima-se do problema formulado por Ngoenha: o Outro não é apenas descrito; ele é situado em uma narrativa de humanidade cujo padrão de medida já foi estabelecido. A pretensão universalizante da ciência pode, assim, ocultar os referenciais morais e históricos que organizam a própria classificação. O negro é observado, documentado e tematizado, mas isso não significa que seja reconhecido como sujeito equivalente na definição das categorias que o explicam. (Ngoenha, 1993).

Também é importante distinguir objetivação de ausência empírica. A produção de Rodrigues demonstra interesse por práticas e grupos africanos e afro-brasileiros e preservou informações que seriam retomadas por pesquisas posteriores. O problema aqui é outro: a presença abundante do negro como tema pode coexistir com sua ausência como sujeito epistêmico. Essa distinção evita uma leitura simplificadora e permite compreender por que a crítica epistemológica não depende de negar a relevância documental de uma obra.

Tomado como agente da história das ciências sociais, Rodrigues evidencia ainda como autoridade científica e memória disciplinar podem se reforçar. A centralidade posteriormente atribuída à sua produção (Corrêa, 2001) contribuiu para que determinados modos de formular o problema racial fossem reconhecidos como parte da genealogia legítima da antropologia brasileira. Esse reconhecimento não torna sua obra homogênea nem impede revisões críticas; ao contrário, torna necessário perguntar quais outras formas contemporâneas de produção de conhecimento permaneceram em posições menos centrais nessa narrativa.

3. MANOEL RAIMUNDO QUERINO E O DESLOCAMENTO DA POSIÇÃO EPISTÊMICA

3.1 Um agente negro na produção de conhecimento sobre o Brasil

A presença de Manuel Raimundo Querino introduz uma inflexão importante nessa narrativa. Intelectual negro, escritor, jornalista, pesquisador e participante de debates públicos de seu tempo, Querino produziu interpretações sobre cultura, trabalho, artes e presença africana na sociedade brasileira. Obras como *A raça africana e os seus costumes na Bahia* e *O colono preto como fator da civilização brasileira* evidenciam um esforço de registrar experiências negras e de confrontar representações que reduziam africanos e seus descendentes à condição de obstáculo ao desenvolvimento nacional. (Querino, 1955; Querino, 1918).

Para os objetivos deste paper, a relevância de Querino não decorre apenas do conteúdo positivo de suas avaliações sobre a contribuição africana. Ela decorre também da posição de enunciação que sua obra torna possível observar. Um intelectual negro passa a produzir discurso sistemático sobre a experiência negra, reivindicando capacidade de interpretação e disputando sentidos acerca da formação da sociedade brasileira. A questão deixa de ser somente o que a ciência diz sobre o negro e passa a incluir o que um sujeito negro produz como conhecimento sobre essa história.

Esse deslocamento aproxima a produção de Querino do referencial de subjetivação elaborado por Castiano. A aproximação, contudo, deve ser tratada como instrumento analítico e não como identidade histórica. Querino não escreve a partir do mesmo contexto intelectual e político discutido pela filosofia africana contemporânea, nem formula sua atividade nos termos conceituais de Castiano. Ainda assim, a categoria permite reconhecer uma mudança na distribuição da autoridade epistemológica: o sujeito anteriormente situado sobretudo como objeto passa a ocupar a posição de autor, intérprete e produtor de memória. (Castiano, 2010, 2013).

3.2 Auto-inscrição, fontes e valorização da agência negra

A produção de Querino também permite ampliar a pergunta sobre fontes na história das ciências sociais. Seus trabalhos recorreram a registros e memórias relacionados às experiências de trabalhadores, artistas e comunidades negras. Essa aproximação interessa menos como busca de um método idealizado e mais como indício de que diferentes relações com os sujeitos e com as fontes podem produzir diferentes objetos científicos. (Querino, 1955; Querino, 1918).

Em *O colono preto* como fator da civilização brasileira, o próprio enquadramento já desloca o negro da condição de entrave para a de agente da civilização brasileira. A escolha possui importância historiográfica e epistemológica: aquilo que em parte da literatura racial aparecia como déficit passa a ser lido em termos de contribuição, trabalho, produção cultural e participação histórica. O negro deixa de ser explicado somente a partir de supostas insuficiências e passa a integrar a narrativa da formação nacional como sujeito de ação. (Querino, 1918).

Esse movimento pode ser compreendido como auto-inscrição negra. A expressão não significa que Querino represente de maneira total ou transparente a experiência de toda a população negra, nem que sua posição de intelectual elimine mediações sociais, políticas e metodológicas. Significa que sua autoria altera a configuração do campo de enunciação. A experiência negra já não está exclusivamente submetida à interpretação de um sujeito externo que detém a autoridade de nomeá-la.

A comparação com Rodrigues torna-se, portanto, mais produtiva quando não é reduzida a uma oposição moral entre um autor racista e um autor antirracista. O contraste revela formas distintas de constituir o objeto e de distribuir agência. Em Rodrigues, a autoridade científica tende a concentrar-se no pesquisador que classifica populações racializadas. Em Querino, a escrita participa de uma disputa pelo direito de interpretar a presença negra e inscrevê-la na história brasileira a partir de outra posição.

Ainda assim, a subjetivação não deve ser tratada como ponto final do problema epistemológico. Como sugere Castiano, assumir a posição de sujeito pode ocorrer dentro de linguagens, instituições e critérios de validação previamente estabelecidos. A pergunta relevante deixa de ser apenas quem fala e passa a incluir como se constroem as relações entre diferentes sujeitos na produção do conhecimento. É esse limite que conduz ao referencial de intersubjetivação. (Castiano, 2010, 2013).

4. DA HISTÓRIA DOS OBJETOS À HISTÓRIA DOS AGENTES: UMA RELEITURA DISCIPLINAR

4.1 Rodrigues e Querino como casos contrastivos

Colocar Rodrigues e Querino no mesmo enquadramento analítico produz um efeito historiográfico importante. Em vez de organizar a história da antropologia apenas pela sucessão dos autores reconhecidos como pioneiros, torna-se possível reconstruir um espaço de disputas no qual diferentes agentes produziram interpretações concorrentes sobre a população negra. O foco desloca-se da busca por um fundador para a investigação das condições que conferiram maior ou menor legitimidade a determinadas formas de conhecimento.

Essa abordagem não pressupõe que Rodrigues e Querino ocupassem posições institucionais equivalentes ou que suas obras tivessem a mesma circulação. Justamente o contrário: as diferenças de posição constituem parte do problema. A história das ciências sociais pode perguntar como formação profissional, inserção institucional, raça, redes intelectuais, gêneros de escrita e reconhecimento posterior interferiram na capacidade de um agente ser incorporado à narrativa disciplinar.

A comparação aqui desenvolvida evidencia a diferença entre a projeção de Nina Rodrigues como referência dos primórdios da antropologia e o reconhecimento mais limitado de Querino. Transformar essa observação em uma conclusão forte sobre processos de canonização, entretanto, exigiria examinar sistematicamente histórias da antropologia, manuais, arquivos, citações e circuitos de recepção. Por isso, o presente paper trata a desigualdade de inscrição disciplinar como questão historiográfica e hipótese de investigação, e não como demonstração acabada de um apagamento deliberado (Corrêa, 2001).

Essa precaução é importante para o próprio objetivo do GT em que o trabalho se insere. Estudar agentes periféricos ou menos explorados não significa apenas adicioná-los a uma lista já pronta de personagens relevantes. Significa investigar os mecanismos pelos quais centralidade e periferia são produzidas no interior do campo. Querino, nesse sentido, oferece uma oportunidade de perguntar como um intelectual negro que produziu conhecimento sobre temas posteriormente centrais aos estudos afro-brasileiros foi situado nas genealogias das ciências sociais.

4.2 O que a filosofia africana acrescenta à história das ciências sociais brasileiras

A aproximação com a filosofia africana acrescenta uma dimensão específica a esse problema. Ngoenha (1993) e Castiano (2010, 2013) não são mobilizados como referências externas destinadas apenas a diversificar a bibliografia. Suas categorias alteram a pergunta historiográfica. Em vez de investigar somente quais teorias circularam ou quais instituições acolheram determinados autores, elas levam a observar a posição do sujeito no processo de conhecimento e os pressupostos que transformam certas perspectivas em universais.

Essa mudança permite ler a história das ciências sociais brasileiras também como história das relações epistemológicas. A constituição de objetos científicos envolve operações de nomeação, classificação, seleção de fontes e reconhecimento de interlocutores. Quando essas operações recaem sobre populações historicamente subordinadas, a distinção entre objeto e sujeito adquire relevância política e epistemológica. A pergunta sobre quem pode produzir conhecimento deixa de ser exterior à história da disciplina e passa a integrar seu próprio objeto.

Essa perspectiva também evita uma leitura teleológica segundo a qual a antropologia teria simplesmente avançado de formas inferiores para formas progressivamente mais corretas de conhecimento. Objetivação, subjetivação e intersubjetivação não são etapas cronológicas automáticas. São referenciais que permitem reconhecer tensões que podem coexistir em diferentes momentos e pesquisas. Uma investigação contemporânea pode reproduzir relações objetivadoras; uma obra historicamente anterior pode conter movimentos de reconhecimento da agência dos sujeitos. (Castiano, 2010, 2013).

Por essa razão, a intersubjetivação deve ser compreendida neste trabalho como horizonte metodológico e epistemológico. Ela convida a pensar uma ciência social em que os sujeitos envolvidos na pesquisa não sejam apenas fontes de dados nem sejam idealizados como portadores de uma verdade inacessível ao pesquisador. O conhecimento emerge da relação, do confronto entre perspectivas e do reconhecimento de que a produção de interpretações é sempre situada. (Castiano, 2010, 2013).

Aplicada retrospectivamente como pergunta - e não como rótulo -, a intersubjetivação permite observar os limites tanto da objetivação quanto da auto-inscrição isolada. No caso de Rodrigues e Querino, ela ajuda a investigar quais vozes aparecem, como aparecem, quem recebe crédito pela interpretação e de que maneira a experiência dos sujeitos negros participa da elaboração do conhecimento. Para a história disciplinar, permite ainda questionar como diferentes tradições intelectuais são reconhecidas, esquecidas ou reposicionadas ao longo do tempo.

5. IMPLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

A leitura desenvolvida sugere que revisitar os primórdios das ciências sociais brasileiras demanda mais do que reavaliar o conteúdo das teorias raciais. Exige investigar as relações epistemológicas que tornaram possível a constituição da população negra como objeto científico e, paralelamente, recuperar agentes que disputaram o direito de produzir interpretações sobre essa população e sobre a formação nacional.

Nesse sentido, Manuel Querino não interessa apenas como contraponto biográfico a Nina Rodrigues. Sua presença modifica a própria pergunta sobre o período. Se dois agentes contemporâneos produziram leituras distintas sobre a presença negra, a história disciplinar precisa explicar não apenas suas ideias, mas também as condições de produção, circulação, recepção e posterior reconhecimento dessas ideias. A perifericidade de um agente não pode ser tomada como atributo natural; deve ser transformada em problema histórico.

A filosofia africana oferece recursos para esse movimento porque torna visível uma dimensão frequentemente secundarizada nas narrativas disciplinares: a relação entre posição de enunciação e autoridade epistemológica. Ao aproximar Ngoenha e Castiano da história da antropologia brasileira, este paper propõe uma circulação teórica em sentido menos habitual. Em vez de utilizar exclusivamente categorias europeias para interpretar a experiência negra brasileira, mobilizam-se conceitos produzidos por filósofos africanos para interrogar a formação de um campo científico no Brasil.

Esse gesto não pretende substituir um cânone por outro. Seu potencial está em pluralizar os instrumentos de autorreflexão das ciências sociais. Se a história de uma disciplina também é construída pelas categorias utilizadas para narrá-la, incorporar tradições filosóficas africanas pode revelar aspectos que permanecem pouco visíveis quando se repetem apenas os referenciais tradicionalmente consagrados.

Há, por fim, uma agenda de pesquisa decorrente dessa proposta. Uma investigação posterior pode examinar de modo sistemático a recepção de Rodrigues e Querino em histórias da antropologia brasileira, programas de ensino, manuais, periódicos e acervos; reconstruir redes de circulação de suas obras; e comparar os tipos de fontes e interlocutores mobilizados por cada autor. Esse aprofundamento permitiria testar empiricamente a hipótese de uma inscrição disciplinar desigual e compreender os mecanismos concretos de produção de centralidade e periferia no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este paper buscou revisitar os primórdios da antropologia brasileira a partir de uma questão central à história das ciências sociais, tomando Nina Rodrigues e Manuel Raimundo Querino como casos contrastivos e mobilizando categorias produzidas pela filosofia africana. O deslocamento proposto consistiu em não perguntar apenas o que esses autores disseram sobre a população negra, mas de quais posições epistemológicas produziram seus discursos, como distribuíram autoridade entre pesquisador e sujeitos pesquisados e que possibilidades de inscrição do negro no conhecimento suas obras expressaram.

A crítica de Ngoenha ao estatuto epistemológico da etnologia permitiu evidenciar que a constituição científica do Outro não pode ser separada dos referenciais históricos e morais que organizam sua classificação. Os conceitos de objetivação, subjetivação e intersubjetivação de Castiano, por sua vez, ofereceram uma linguagem analítica para distinguir diferentes posições do sujeito no processo de conhecimento. (Ngoenha, 1993; Castiano, 2010, 2013).

Nessa chave, a produção de Nina Rodrigues foi interpretada como expressão de uma relação predominantemente objetivadora: a população negra aparece amplamente documentada e estudada, mas submetida a categorias racializadas e hierarquizantes cuja autoridade se concentra no sujeito científico que observa e classifica. A relevância histórica e documental de sua obra não elimina esse problema; ao contrário, torna possível compreender como a produção de conhecimento pode simultaneamente registrar uma realidade e submetê-la a um regime específico de inteligibilidade.

Em Manuel Querino, identificou-se um movimento distinto. A presença de um intelectual negro produzindo interpretações sobre a experiência africana e afro-brasileira, valorizando sua agência e sua contribuição para a formação do Brasil, desloca a posição tradicionalmente reservada ao negro no discurso científico. A categoria de subjetivação permite reconhecer esse movimento sem convertê-lo em ruptura absoluta ou ignorar as mediações próprias do campo intelectual de seu tempo. (Querino, 1955; Querino, 1918; Castiano, 2010, 2013).

A intersubjetivação amplia o problema ao sugerir que a superação da objetivação não se esgota na troca de quem ocupa a posição de sujeito. Ela exige examinar as relações pelas quais o conhecimento é construído, os modos de reconhecimento dos interlocutores e a distribuição de autoridade interpretativa. Como horizonte analítico, essa categoria permite aproximar história disciplinar e metodologia das ciências sociais. (Castiano, 2010, 2013).

A principal contribuição do paper está, portanto, na proposta de utilizar categorias da filosofia africana para produzir novas perguntas à história das ciências sociais brasileiras. Ao colocar Rodrigues e Querino no mesmo campo de análise, torna-se possível observar não somente diferentes interpretações da população negra, mas também a constituição desigual de agentes, objetos e autoridades na memória da disciplina. A hipótese de que essa desigualdade se prolonga na canonização posterior de seus autores permanece aberta a investigação documental específica, especialmente em acervos, histórias disciplinares, manuais e circuitos de recepção.

Revisitar a história das ciências sociais por essa perspectiva não significa corrigir retrospectivamente o passado segundo um modelo único de ciência. Significa reconhecer que a história de um campo é também a história das possibilidades de falar, ser ouvido, produzir categorias e ser reconhecido como produtor de conhecimento. É precisamente nesse ponto que a filosofia africana deixa de funcionar como complemento temático e passa a atuar como instrumento epistemológico para a autorreflexão das ciências sociais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- CASTIANO, José Paulino. Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjectivação. Maputo: Ndjira, 2010.
- CASTIANO, José Paulino. Filosofia africana: da sagacidade à intersubjectivação. Maputo: Editora Educar, 2013.
- CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- NGOENHA, Severino Elias. Filosofia africana: das independências às liberdades. Maputo: Edições Paulistas, 1993.
- QUERINO, Manuel. A raça africana e os seus costumes na Bahia. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de fontes e dados que fundamentam este estudo encontra-se identificado no próprio paper e em suas referências bibliográficas.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de agências de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Pamela Monique da Silva Santana: conceituação; investigação; metodologia; análise formal; escrita - rascunho original; escrita - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada inteligência artificial generativa para revisão textual, conferência de referências e tradução do resumo para o inglês. A concepção e a análise são de responsabilidade da autora.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Pamela Monique da Silva Santana é bacharel em Ciências Sociais. Possui interesse de pesquisa em Filosofia Africana e Epistemologias Negras.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.